

**Ata n.º 24/2022****Reunião de Câmara realizada no dia 28 de novembro de 2022**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho e na Sala de Reuniões da Câmara Municipal, reuniu extraordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana, Alcindo José Gonçalves Quaresma, João António Martins dos Santos e Ricardo Emanuel Soares Fernandes. -----

Às dez horas e seis minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

**1 - Ordem do Dia:** -----**1.1 - Propostas do Senhor Presidente da Câmara:** -----

**1.1.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação das Demonstrações Previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2023.**-----

**A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana** interveio para manifestar o desagrado dos Vereadores do PSD pelo facto dos documentos serem remetidos em formato digital, o que dada a sua complexidade é de difícil consulta e análise em profundidade e mais dedicada. Facto este que já vem acontecendo em anos anteriores, onde tem feito a mesma observação sem que, até agora, tivesse sido acolhida a proposta de remessa de um exemplar físico destes documentos. Deixou expressa a dificuldade do desempenho do trabalho dos Vereadores do PSD, nesta área, e pelas razões antes invocadas. -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho** a complementar a intervenção da **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana**, acrescentou, ainda, que a digitalização contém folhas em branco, entre alguns documentos. Seguidamente, e remetendo-se à

apreciação dos documentos disse o seguinte sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e vinte e três, citando: “*ano do terror económico é o que temos ouvido em grande parte, por vários responsáveis políticos, comentadores, e economistas.*” Disse que todos têm a noção de que será um ano de preocupação e crise. Afirmou que analisou o orçamento tendo como base algumas preocupações. Referiu que via com “*bons olhos*” que parte dos contributos dos Vereadores do PSD tivessem sido aproveitados, o que significa que há convergência em várias matérias por todo o Executivo, porque não são as diferenças partidárias que elevam, antes porém, o interesse da comunidade Lousanense. Destacou nas Funções Económicas, citando: “*há aqui um ênfase que no meu entender, este incremento, não é assim tão substantivo como aqui querem fazer crer. Intervenção Social e Habitação, na habitação, temos mais meio milhão de euros para implementação do projeto da habitação social, espero que seja concretizada. Na questão da Intervenção Social, temos quinze mil euros de incremento, não vejo que seja assim tão expressivo, até pelo que se perspectiva que aconteça no próximo ano. Temos inscrita a Escola Secundária com uma verba bastante significativa, muito superior aquela que estava inicialmente prevista e temos, ainda, o segundo edifício do Centro de Saúde, penso eu e do que percebo, este segundo edifício servirá, sobretudo, para serviços ligados à Administração Hospitalar e, se assim for, acho que é pouca. Na área da Cultura, temos o mesmo, a Casa da Lagartixa e o Cineteatro da Lousã, já inscritos em orçamentos anteriores. A questão das freguesias, um dos pontos onde convergimos, andamos há imenso tempo a dizer que deve haver um reforço significativo, e isto não, são treze mil euros por freguesia, acho que é muito pouco.*” Na sua interpretação, defende que as freguesias foram unidas como uma unidade administrativa, daí a designação “união”, todavia, na prática, continuam de forma territorial a serem subdivididas em duas, no que diz respeito ao assumir um papel relevante no desenvolvimento na medida em que visam responder às necessidades, dinâmicas e especificidades de cada um território local. Assim entendendo, referiu que a verba de treze mil euros, a distribuir por seis freguesias, ser um valor escasso. Em seguida, e porque se trata de um assunto inscrito no documento em apreciação, aproveitou a oportunidade para questionar o **Senhor Presidente** sobre o número de

alunos inscritos para a Escola da Floresta, se já está em funcionamento e qual o ponto de situação deste equipamento. Relativamente ao suporte e apoio à AESL - Associação Empresarial Serra da Lousã, afirmou que, em termos de captação de investimento, há um reforço significativo, todavia, deveria ser elaborado um Regulamento e indexada uma parte variável com base nos impostos municipais cobrados, os números de empresas criadas, entre outros, de acordo com uma proposta já apresentada este ano, pelos Vereadores do PSD. Citando: *“fala-se, ainda, aqui nesta introdução e apesar de estar cheia de boas vontades, no entanto, para o curto prazo não vejo nada de novo no que toca a obras estruturantes. As obras estruturantes e que permitem alavancar o crescimento económico do concelho já vêm inscritas de trás. A alternativa à Estrada da Beira é defendida pelo PSD desde 1997, passaram vinte e cinco anos e continua por concretizar. A extensão ou prolongamento da EN 342, que “ficou na gaveta” em 2009, deixou-se caducar o projeto e, se calhar, estava aqui, também, uma ferramenta interessante para o nosso concelho. O Nó dos Pegos vem com 20 anos de atraso, o Metro Bus, já nem carece de qualquer comentário. Depois, temos a questão fiscal que nos temos debatido imenso, que temos mais do que folga para poder poupar, na questão fiscal. Temos em impostos cobrados um incremento de meio milhão de euros e nós defendemos que se reduzisse para 2023, apenas defendemos 10%, podíamos, mesmo assim, incrementar em duzentos e cinquenta mil euros a cobrança de impostos e não foi o que se passou. Temos hoje um IMI em que se perspetiva cobrar mais trinta e nove mil euros, um IRS em que se perspetiva cobrar mais do que cento e um mil euros, em IUC, também, vamos subir a cobrança em vinte e dois mil e setecentos euros, Derrama mais setenta e sete mil euros e IMT, embora excepcional, são mais duzentos e quarenta e um mil euros. Penso eu que tínhamos folga para poupar alguma coisa aos Lousanenses. Temos lutado sempre para estar ao lado destas populações para que isso aconteça e sobretudo em dois mil e vinte e três, em que se perspetiva adensar esta crise, uma desaceleração na carga fiscal, mas os Senhores tiveram coragem de cobrar mais meio milhão de euros, para depois dizer que deixaram meio milhão de euros nos bolsos dos Lousanenses. É o que eu tenho a dizer sobre isto, é a minha leitura e acho que deve ser respeitada.”* Pediu esclarecimentos ao **Senhor Presidente** sobre

a legislação inerente à transferência e delegação de competências para as Juntas de Freguesia, dado que os Contratos Interadministrativos estão inscritos em outro apoio ao seu funcionamento; Qual a razão desta divisão e qual foi a reconfiguração. Este raciocínio resulta da forma em que será feita a análise da transferência e delegação de competências para as Juntas de Freguesia, e os Contratos Interadministrativos, podendo correr o risco de existir menor dotação para as Juntas de Freguesia, pese embora, no seu entendimento será distribuído mais setenta e sete mil euros. Solicitou clarificação desta análise. Em relação à Ação Social, afirmou, citando: *“na Ação Social temos um acréscimo de quinze mil e cem euros, em que dez mil euros são para a atualização da Carta Social do Concelho e eu pergunto, novamente, quando se prevê cobrar mais quinhentos mil euros em impostos diretos relativos a 2022, eu entendo que é um esforço pouco relevante. Os Senhores costumam dizer, pelo menos em Assembleias Municipais tenho ouvido, consecutivamente, e de ano para ano, que é preferível reter para depois redistribuir. Isso é o que é apregoado, mas não está aqui espelhado, pelo menos nesta rubrica.”* Sobre Mercados e Feiras, onde solicitou alguns esclarecimentos, declarou, citando: *“Em 2022, tínhamos cinco mil euros para o projeto de requalificação do Mercado Municipal, em 2023 temos inscritos quinze mil euros, para o projeto. Eu julgava que o projeto estava feito ou estava praticamente concluído e, do que percebi e do que assisti, este projeto estava a ser elaborado pelos técnicos da autarquia.”* A concluir, fez um reparo à redução nas Outras Funções Económicas, e, relativamente ao Centro de Negócios, deduziu que neste ano de 2023, ainda não vai estar ativo este serviço inovador. Sensibilizou para a necessidade de serem atraídas pessoas e empresas que paguem impostos por forma a haver maior rendimento para os cofres da autarquia, ou então continuar a subir os impostos, porque a autarquia não consegue captar mais investimento. Disse entender, a delegação do trabalho na AESL, discordando apenas que sejam exclusivo, todavia *“a concessão deste dossier deverá ser da autarquia.”* -----

**O Senhor Vereador João Santos** usou da palavra começando por dizer que não iria individualizar projetos em virtude de se tratar de um documento muito complexo e de difícil execução que foi elaborado num contexto de grande instabilidade. Foram referidos diversos investimentos importantes para o concelho, sejam eles de há

algum tempo, ou recentes, no entanto, e o mais relevante é que são estruturantes e acima de tudo são investimentos ambiciosos. Afirmou que poderiam inscrever muitos mais, todavia não conseguiriam concretizar todos, alguns mencionados são objetivos que estão a ser trabalhados, dando como exemplo a EN 17 e o Nó dos Pegos. Frisou que o ano de dois mil e vinte e três será muito incerto e instável. Destacou que as Funções Sociais que estão esplanadas no documento representam 60% deste orçamento. Deu nota que estão incluídas, adequadamente, as áreas da Cultura, Educação e Saúde. Destacou a dificuldade que foi elaborar este documento onde todos os Vereadores desejariam ter mais, mas que foi imperioso fazer escolhas. Recordou que teve lugar uma reunião de preparação e ajustes com introdução das propostas dos Senhores Vereadores da oposição e restante Executivo, onde houve decisões difíceis que tiveram que ser tomadas. Elevou o trabalho técnico, nomeadamente, pela Senhora Chefe de Divisão da Administração e Finanças, na preparação de toda a documentação e na forma empenhada como se dedicou para que ela possa ter sido apresentada em tempo útil. -----

O **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** interveio começando por reiterar as palavras anteriormente proferidas pelo **Senhor Vereador João Santos**. Adiantou, ainda, não se recordar nem no tempo da Troika, Covid-19 e em outros cenários um orçamento ser executado com um grau de previsibilidade tão elevado, atendendo à conjuntura nacional e internacional. Afirmou tratar-se de um orçamento realista com foco em mais de 60% nas Funções Sociais e, simultaneamente, ambicioso, mantendo o nível de compromisso apresentado aos Lousanenses, a manutenção de projetos em curso, alguns deles sem garantia de financiamento, dando como exemplo o BUPi - Balcão Único do Prédio, que é uma plataforma dirigida aos proprietários de prédios rústicos e mistos, que permite mapear o território de forma simples e gratuita, onde a autarquia tem intenção de o manter, haja ou não financiamento. Referiu, ainda, o compromisso com a dilatação significativa de despesa com o aumento dos recursos associados aos Bombeiros Municipais da Lousã. Deu, também, nota de projetos do futuro, dando como exemplo a AIGP - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, numa lógica de continuar a proporcionar aos Lousanenses uma melhor qualidade de vida e traçar o posicionamento da Lousã para o futuro. Deu nota das diversas incertezas,

sublinhando o aumento concreto de bens essenciais, combustíveis, energia, gás e serviços, bem como os transportes e as grandes empreitadas. Citando: *“neste cenário não podia deixar de estar bastante satisfeito com a proposta que estamos a apresentar para o futuro da Lousã.”* -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio começando por subscrever as palavras dos Senhores Vereadores João Santos e Ricardo Fernandes. Seguidamente afirmou, citando: *“eu diria que estamos mais uma vez perante um exercício muito difícil. Já tinha sido difícil no ano anterior, este ano, de facto, foi um exercício muito difícil, não só de conjuntura que atravessamos, mas, também, pela incerteza toda que temos pela frente. Foi necessário encontrar equilíbrios, nem sempre fáceis, e, sobretudo assegurar respostas conjunturais não descurando propostas e respostas estruturais e penso que este orçamento consegue esse equilíbrio, não sendo aquilo que desejaríamos é a garantia que queremos este equilíbrio. Não posso deixar de reforçar o que já foi dito, nomeadamente, relativamente às Funções Sociais que representam 65% das Grandes Opções e, salientando o reforço ao nível de toda a Intervenção Social, antecipando o que será um período de enorme vulnerabilidade das famílias e que, certamente, teremos a par e passo ir ajustando. Nomeadamente no que diz respeito à habitação, onde se estão a trabalhar três frentes: Acessibilidades 360, Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário e Primeiro Direito, todos no âmbito da estratégia local de habitação e que são, todos eles, respostas sociais. Ao nível da Educação, já foi referido, a requalificação da Escola Secundária, no entanto, não quero deixar, mais uma vez, nesta lógica do que é conjuntural, mas também, estrutural, de referir toda a continuidade das medidas de apoio e respostas educativas complementares onde uma série de projetos que não se deixam cair, em que se investe ao nível da nossa função complementar na educação, não só uma resposta ao nível da ação social e escolar, mas, também, resposta de alargamento da oferta do currículo. Ao nível da Saúde, reforçar naturalmente a construção do segundo Edifício do Centro de Saúde e, terminaria, referindo-me à Cultura e às duas obras estruturantes, dizendo que, também, se prevê já, neste exercício a sua entrada em funcionamento, não só completar a obra, mas, também, assegurar que iniciem o seu funcionamento. Portanto, terminaria dizendo que, de facto, revejo neste exercício e neste*

*orçamento que foi, de facto, um exercício difícil, revejo todas estas preocupações e, portanto, penso que ficamos confortáveis por ter a certeza que ao nível do que são as respostas essenciais e para além das respostas essenciais, continuamos a trabalhar e a assegurar a qualidade de vida aos nossos munícipes.” -----*

O **Senhor Presidente da Câmara** tomou a palavra começando por se referir ao documento em análise e à sua descrição geral. Declarou ter tido oportunidade de fazer menção aos dados mais relevantes. Afirmou que a proposta apresentada é adequada relativamente ao contexto em que se vive e dá a resposta possível às situações conjunturais, sem perder de vista o plano de desenvolvimento do concelho. Reiterou o que já havia ser dito anteriormente relativamente ao facto de não ser o orçamento ideal, desejado e que todos gostariam, mas, sublinhou que se trata de uma proposta adequada tendo em vista o momento atual. Além da incerteza, instabilidade e perspetiva de agravamento da situação económica com um “*cenário de crise*”, informou que as questões sociais assumirão uma maior expressão, razão pela qual entende que a proposta apresentada oferece essa perspetiva de acompanhamento da situação em que se vive e com a qual seremos confrontados no próximo exercício orçamental. Afirmou que o orçamento do ano de dois mil e vinte e dois para o ano de dois mil e vinte e três de acordo com a proposta apresentada tem um acréscimo de 10% dado o contexto da crise económica mundial e o significado que a mesma acarreta e, ainda, deverá ter-se em conta a transição de Quadros Comunitários, de encerramento do Portugal 2020 e de perspetiva de início do Portugal 2030, no próximo ano. Em relação a algumas observações que foram feitas, esclareceu, no que respeita às Funções Económicas, que é um incremento com significado, e, tal como a **Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira** já referiu, relativamente à habitação há um crescimento expressivo, numa perspetiva de concretização gradual das várias vertentes da estratégia local de habitação. A construção do segundo Edifício do Centro de Saúde, destina-se a dar resposta ao atendimento à população, nomeadamente às USF Trevim Sol, USF Serra da Lousã e Unidade Geral, é um objetivo em que se perspetiva elaborar a candidatura no próximo ano e cujo trabalho de execução do projeto está a cargo da Câmara Municipal. As verbas inscritas para a Casa da Lagartixa, destinam-se à sua contratualização, enquanto as verbas inscritas para o Cineteatro para a sua

conclusão, frisou que esta obra teve maior expressão nos últimos meses do orçamento deste ano. Ainda relativamente à Casa da Lagartixa, informou que terá uma maior expressão no orçamento do próximo ano. No que diz respeito às freguesias, disse que era das rubricas que melhor tratamento tiveram, tendo em consideração o cenário que se está a viver relativamente ao universo geral. Salientou que para além das verbas transferidas do orçamento, contratualizado este ano, a Câmara Municipal abdica de um conjunto de receitas do Estado Central que vai diretamente para as Juntas de Freguesia, no âmbito da transferência de competências. Os Contratos Interadministrativos têm dotação por cada freguesia, e depois, em “*negociação*” entre as partes, são definidos objetivos que se enquadrem nos montantes e trabalho em articulação. Informou que se encontra em fase de contratação pública a Escola da Floresta, a fim de serem executados os trabalhos referentes à adaptação funcional do espaço definido, não tendo presente no momento os cursos que ali se vão administrar, a partir de fevereiro do próximo ano. Sobre as questões económicas, disse que o montante destinado à AESL – Associação Empresarial Serra da Lousã mantém-se em linha com o que está em vigor este ano. O valor atribuído está de acordo com objetivos identificados para ações concretas, nomeadamente o apoio ao comércio tradicional, em várias vertentes e eventos que são realizados em parceria e financiados pela Câmara Municipal, através de protocolos estabelecidos. No que respeita à alternativa à Estrada da Beira, disse que todos gostariam que fosse mais rápido, todavia, e como é do conhecimento de todos, o processo foi trabalhado e entregue uma nova versão da proposta no âmbito intermunicipal atendendo a que a via de comunicação não serve apenas o Concelho da Lousã. Deu ainda conhecimento que existe outro plano de trabalho que, também, diz respeito aos Concelhos da Lousã e de Góis. O Nó dos Pegos é um trabalho que está a ser desenvolvido pretendendo-se obter o mais rápido possível, a versão final do projeto e caderno de encargos. Quanto ao Metro Bus, disse que é um processo que teve as suas vicissitudes passadas, mas, citando: “*neste momento felizmente é um processo que está em desenvolvimento concreto e que, para além da obra física tem um conjunto de outras situações em bom andamento.*” Sobre a questão fiscal, redistribuição e apoios sociais, referiu que, eventualmente, poderá algum dado ter induzido em erro a interpretação,



porque só o reforço da rubrica para apoios pontuais e situações de emergência, sem prejuízo de outros reforços que possam ter que ser feitos durante o próximo ano, é na ordem de grandeza do aumento da Ação Social, e, se a isto forem somados os valores reforçados que estão previstos para transferir a entidades como a Associação Vida Abundante, Conferência Vicentina da Lousã e Conferência Vicentina de Serpins para prestarem apoios sociais em alimentares, o valor referido dos quinze mil euros, é suplantado comparativamente aos ano de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três. Informou que está prevista a localização do Centro de Negócios, complementarmente às instalações da Escola da Floresta, para a qual se perspectiva um bom desenvolvimento no próximo ano. A dotação inscrita para o Mercado Municipal, é uma previsão para uma eventual necessidade de reformulação, a nível energético entre outros, do projeto existente e que não está concluído. Relativamente à questão fiscal, independentemente de outras interpretações, frisou que a proposta é de manutenção não de crescimento dos impostos. É sempre um exercício de equilíbrio entre a receita e a despesa. A concluir afirmou que, relativamente às propostas apresentadas, citando: *“não é uma boa parte, é uma expressiva parte das sugestões apresentadas pelos Senhores Vereadores da oposição, que tem expressão na proposta de orçamento apresentada. Assim, como tive oportunidade de enunciar nos dois momentos anteriores em que falámos sobre a proposta de Orçamento e a sua elaboração. Revela para além da convergência e do interesse prioritário da Lousã, revela da parte da maioria essa abertura e perspectiva de trabalho relativamente ao que é o exercício do ano de dois mil e vinte e três. Permitam-me, também, só referir que, para além das propostas e sugestões nas várias áreas que apresentaram, embora não tenha vindo nesta proposta agora, mas tinha sido falado anteriormente. Há uma outra questão na área da Educação que está bem presente que é a bolsas de mérito para o Ensino Secundário e que, também, tem uma dotação para iniciar esse objetivo em 2023. Eu dei expressão maior à questão energética e aos custos com que a Câmara Municipal está confrontada, para aqueles que já são reais, praticados este ano e temos a notificação do final do mês de outubro da EDP Comercial que, claramente, evidencia que caso não haja atualização de preços, apesar da contratualização existente, um conjunto alargado de contratos que a Câmara*

*Municipal tem, propõe suspender o fornecimento e portanto, é esta a realidade com que estamos. Temos dado tónica à questão do gás e da eletricidade, permito-me reforçar uma outra dimensão que já foi aqui referida, que é a questão dos transportes e onde, no âmbito da CIM-RC, no sentido de ganhar escala e obter melhores condições negociais, apesar desse aumento de escala, até ao momento, ainda não foi possível estabelecer acordo em patamares razoáveis entre o universo CIM-RC, que são 19 municípios e o operador de transportes e, portanto, também, aqui nesta área se perspectiva um aumento significativo de custos para fazer o mesmo, dar respostas à comunidade, rede de transportes gerais e rede de transportes escolares e ao apoio nas várias vertentes associativas. É este o contexto que temos e neste cenário que apresentamos as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano que nos parecem documentos que respondem à questão conjuntural sem perder de vista, aliás, com grande evidência, as questões prioritárias de educação, saúde e habitação com uma dimensão social muito expressiva, quer no que diz respeito à dimensão imaterial, quer à dimensão física.”*

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com três votos contra do PSD aprovar os seguintes pontos: 1) Demonstrações previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) para o ano de 2023; 2) Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais (no âmbito do LCPA) para o ano de 2023; 3) Aprovação da atualização da Tabela de Taxas e Preços Municipais para o ano de 2023. A Câmara Municipal deliberou, ainda, por unanimidade e em minuta, remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e votação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)). -----

**O Senhor Vereador Victor Carvalho**, apresentou uma Declaração de Voto com o seguinte teor: *“Os eleitos pela coligação, “É Hora de Mudar” – PPD-PDS/CDS-PP entendem que o orçamento apresentado para o ano de 2023 não vai de encontro às verdadeiras necessidades do concelho, nem é, uma vez mais, revelador de preocupação em fixar ou atrair pessoas e empresas para o nosso concelho. No documento não está contemplada qualquer medida ativa para a criação do gabinete de apoio ao empreendedor, ao contrário do que aconteceu no ano anterior em que,*

*pele menos, estava inscrito em orçamento, de forma a atrair e criar empregos para o concelho. Continuamos ainda sem incubadora de empresas para oferecer a quem pretende arriscar e dar os primeiros passos empresariais no nosso concelho. Um documento que não prepara um futuro, bem pelo contrário deixa-o asfixiado pelas taxas de impostos aplicadas aos Lousanenses. Este documento deixa bem claro a perspetiva de arrecadação de receita fiscal, sobretudo no que a impostos municipais diz respeito. Mais uma vez, são os Lousanenses a sair fortemente penalizados, sobretudo quando cobram mais meio milhão de euros em impostos e reforçam a Ação social em apenas quinze mil e cem euros. Também o reforço do pacote para as Juntas de Freguesia, autarquias locais mais próximas das populações, não espelha um esforço significativo por parte da Câmara Municipal, representando um acréscimo de apenas treze mil euros a cada. Concluindo que, da parte da cobrança fiscal municipal, sobretudo numa época de grande sufoco e apreensão para todas as famílias Lousanenses, não há qualquer redução e verificando que, a aplicação do dinheiro desses impostos não está neste momento a ser direcionada à criação de qualidade de vida e riqueza, no e para o concelho, não podemos estar em maior discordância com o documento hoje aqui apresentado a votação. Ainda assim, dando nota de alguns contributos que demos e foram acolhidos, tais como, consideramos que o documento não está alinhado com a nossa política de desenvolvimento socioeconómico do concelho. No sentido do que expusemos não temos condições para aprovar o documento. O sentido de voto dos 3 Vereadores da coligação "É Hora de Mudar" - PPD-PDS/CDS-PP é da não aprovação deste diploma. Votamos contra." Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - doc. nº 2 (dois)).-----*

**1.1.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2023. -----**

Não havendo inscrições procedeu-se à votação. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por maioria e em minuta, com três abstenções do PSD, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três. Mais deliberou remeter o assunto à Assembleia Municipal para apreciação e

aprovação. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 3 (três) -----

**1.1.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a apreciação e aprovação da Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de 2023. -----**

O Senhor Vereador Victor Carvalho interveio para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a concretização da aplicação da opção gestonária para o ano de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente esclareceu que está inscrita para a sua possível concretização, uma vez que se trata de um documento provisional. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho entendendo as palavras do Senhor Presidente e na presunção da sua concretização, conforme proposta do PSD, disse que os Vereadores do PSD votam favoravelmente a Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta, aprovar a Orçamentação e Gestão das Despesas com Pessoal para o ano de dois mil e vinte e três. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – doc. nº 4 (quatro). -----

**1.4 - Aprovação em Minuta: -----**

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar esta ata em minuta, a fim de produzir efeitos imediatos. -----

Nada mais havendo a tratar às onze horas e vinte minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária.

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

